

## 1. Metamorfoses na cadeia do açúcar e do álcool e os impactos socioespaciais

A partir das décadas de 60 e 70 do século XX, o Estado brasileiro, por meio de vultosos financiamentos e subsídios, colaborou com o processo de modernização das atividades agrícolas. O setor sucroalcooleiro, desde então, foi imensamente beneficiado. Particularmente no nordeste paulista, tal modernização estruturou-se com o amplo emprego de máquinas, insumos agrícolas e biotecnologias fornecidas pela atividade industrial.

O que marca o processo de modernização da agricultura são as seguintes bases técnicas:

- a) As inovações físico-químicas: emprego intensivo de defensivos agrícolas, adubos, materiais sintéticos entre outros;
- b) As inovações mecânicas: emprego de colheitadeiras, tratores, arados etc;
- c) Presença da biotecnologia: emprego de sementes geneticamente melhoradas, mudas etc.

De fato, estas inovações difundiram-se por toda a região. Há que ressaltar que as técnicas possuem um limite. Em determinadas áreas que apresentam relevo mais íngreme, parte do corte da cana-de-açúcar ainda é feita manualmente. Assim, nem todas as etapas da produção ainda foram totalmente modernizadas uma vez que:

A mecanização da colheita da cana implica numa série de modificações ao longo de todo o processo de produção tais como o plantio de variedades mais eretas e em sulcos não profundos, caminhões adaptados para receber toletes de cana picados, lavagem mais rigorosa na usina etc (ELIAS, 1996:40).

Com as crescentes renovações técnicas, os obstáculos, progressivamente, tenderão a serem superados e já se observa, em muitas áreas do nordeste paulista, a eliminação quase total da mão-de-obra no corte da cana-de-açúcar:

A partir de 60, devido ao processo de mecanização intenso, o corte manual vai sendo paulatinamente substituído por máquinas e a tendência é, na virada do século, de substituição praticamente total do cortador pela máquina, restando à mão-de-obra apenas os espaços onde é difícil à máquina romper os obstáculos do terreno mais acidentado ou onde há muita cana tombada (ROSSINI, 1999:227).

A organização e a expansão dos grandes Complexos Agroindustriais (CAIS) se desenvolveram, no estado de São Paulo, em decorrência da difusão do meio-técnico-

científico-informacional e também das políticas para a modernização da agricultura implementada pelo Estado, sobretudo, a partir da década de 1960.

Embora já houvesse, no nordeste paulista, uma atividade industrial de transformação de produtos agrícolas, como a Cia. Antártica Paulista (fundada em 1911 e ligada à produção da cerveja), a S.A.IND. Reunidas F. Matarazzo (fundada em 1914 e ligada ao beneficiamento de algodão), entre outras, foi a partir de 1970 que ocorreu um grande desenvolvimento do setor, principalmente estimulado por políticas que visavam promover a exportação de bens manufaturados e semimanufaturados, dentre os quais incluíse o produto agroindustrial (ROSSINI, 1999:224-225).

A agroindústria está associada ao primeiro processamento de matérias-primas derivadas da agropecuária, o que não inclui a produção de insumos e máquinas, estando dividida, conforme W. Belik *et. al.* (1999:97) em dez ramos de atividades, a seguir:

- 1) Carnes;
- 2) Sucos;
- 3) Óleo vegetal;
- 4) Leite;
- 5) Moagens de cereais;
- 6) Cana-de-açúcar;
- 7) Café;
- 8) Fibras têxteis;
- 9) Cadeira e celulose;
- 10) Conservas, fumo e couro.

A agroindústria está classificada como um setor tradicional da produção (ELIAS, 1996:80). W. Belik *et. al.* (1999:97) também a consideram pertencente a essa classificação. Entretanto, o setor agroindustrial, sobretudo na região, recebeu muitos investimentos e inovações tecnológicas e, segundo Elias (1996:80), por esse fato, deve ser analisado sem restrições conceituais, uma vez que o setor foi e é o grande responsável pelo dinamismo econômico dessa região.

O setor agroindustrial paulista, além de gerar emprego no estado de São Paulo, também é responsável pela existência de muitos empregos em outros estados da federação.

Outro fator a ser considerado é que as empresas estabelecidas no estado de São Paulo, cuja sede está localizada em outro estado, entram no balanço da empresa com a maior parte do lucro total contabilizado:

Chama também a atenção o fato de apenas 15 empresas agroindustriais com sede fora do Estado atuarem em São Paulo. Mas, nota-se que essas empresas agroindustriais com sede fora do Estado são grandes empresas, com uma média de 3.492 ocupados, e as Unidades Locais localizadas no Estado, apesar de possuírem menos de um quinto dos empregados dessas empresas em todo o país, respondiam por mais de 40% de suas receitas líquidas totais e proporção semelhante do seu valor agregado global. Isso significa que as empresas agroindustriais que possuem Unidades Locais no Estado, mas cuja sede se localiza fora, tem aqui suas plantas mais intensivas em capital (W. BELIK *et. al.* 1999:95).

A agroindústria produz mercadorias com menor valor agregado se comparada aos demais setores da economia, no entanto, gera uma receita grande, pagando os menores salários para os trabalhadores. A cadeia do açúcar e do álcool é responsável pelo maior número de empregos no setor agroindustrial.

No entanto, não podemos deixar de apontar as contradições que emergem a partir da organização e expansão dos Complexos Agroindustriais (CAIS) quando associados ao acelerado processo de urbanização. Tal modernização agrícola, nesta região, causou vários impactos de ordem sócioeconômicas, provocando mudanças nas relações de trabalho, nas formas de produção e na estrutura fundiária.

Após o declínio da economia cafeeira, os produtores da região diversificaram a sua agricultura, cultivando vários outros produtos. Com a expansão das infra-estruturas (rede de transportes, silos, dentre outras), associada à implantação do modo de produção capitalista no campo, os produtores da região especializaram-se somente em algumas culturas comerciais como a cana-de-açúcar e a laranja, expandindo as áreas destinadas a essas culturas, enquanto que as áreas destinadas ao cultivo de produtos voltados para mercado interno (o arroz, o feijão, o milho e a mandioca) foram diminuindo progressivamente.

É importante ressaltar que a modernização agrícola na região processou-se de modo seletivo, privilegiando lugares, culturas e segmentos sócioeconômicos mais propícios ao estabelecimento de novas regulamentações territoriais. Estas regulamentações fundamentaram-se nas inovações advindas do conhecimento científico, como as técnicas e

os processos de reprodução desenvolvidos pela genética e biotecnologia, amplamente divulgados nos mercados para o consumo globalizados e interligados aos demais setores econômicos (ELIAS, 1996:30).

Nem toda fração do nordeste paulista possuía as condições necessárias para captar as novidades tecnológicas do período atual. Algumas regiões do Brasil agrário moderno constituem um território com características técnicas, culturais, econômicas e sociais bastante desiguais. O sistema capitalista envolve todo o espaço geográfico, porém, atingindo os lugares em níveis diferenciados, combinando as partes mais susceptíveis à reprodução ampliada do capital com as partes que, todavia, úteis à reprodução do capital, ainda não estão prontas para a sua ampliação (ELIAS, 1996).

O grau de intensidade e profundidade com que o sistema capitalista de produção atinge uma determinada formação sócioespacial depende do nível de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade. Em função desta variável o capital pode agir de maneiras diferenciadas como desenvolver, criar, subordinar ou destruir atividades.

Observa-se que a região do nordeste paulista foi atingida de modo desigual pela difusão das novas técnicas, dando origem a uma coexistência de relações de trabalho capitalistas, ou seja, aquelas que são caracterizadas pelo assalariamento da mão-de-obra, e não-capitalistas de produção, como é o caso dos pequenos camponeses posseiros, parceiros, meeiros e arrendatários que empregam formas de produção mais simples.

Somada às mudanças nas relações de trabalho e nas formas de produção, inclui-se a crescente concentração da terra, principalmente pelos capitalistas do setor sucro-alcooleiro. O fenômeno da concentração da terra intensificou o êxodo de milhares de camponeses para as cidades. Além disso, muitos desses camponeses tornaram-se cortadores de cana. Assim, os processos de expulsão e de expropriação foram fenômenos imprescindíveis para que se ampliasse a concentração da terra e favorecesse a oferta de mão-de-obra para as atividades assalariadas do campo.

Em meados do século XIX, especificamente na região estudada, houve a ampliação do trabalho livre na lavoura de café, o que significou o início das condições para o assalariamento da mão-de-obra. Surgem na região, nesta época, diversas colônias de

trabalhadores rurais constituídas principalmente por imigrantes italianos (MARTINS, 1986).

Entretanto, devido às várias conjunturas de ordem internacional que foram desfavoráveis à economia mundial, principalmente a crise que se deflagrou nos EUA no final da década de 1920, o café deixou de ser um produto altamente rentável. Por isso, houve uma grande redução da produção. Só no município de Ribeirão Preto, a produção total de café foi reduzida em 59,4% durante o período de 1920-1950 (PIRES, 1999:170).

Acrescenta-se ainda o fato de que o governo, entre as décadas de 1960 e 1970, incentivou a erradicação dos cafezais. Tal acontecimento promoveu a retirada de cerca de um milhão e quatrocentos mil cafeeiros, além de liberar quase um milhão de hectares. (SIMONETTI, 1999:40).

Essa modernização provocou uma grande liberação da mão-de-obra. Os trabalhadores rurais que trabalhavam na lavoura de café ou em outras lavouras foram amplamente dispensados. Isso culminou na expulsão de um grande contingente de colonos que foram engrossar a massa dos moradores das periferias das cidades, sendo convertidos em trabalhadores temporários da agricultura, transformando-se em volantes ou bóias-frias. (SIMONETTI, 1999:40).

Os cafezais foram progressivamente sendo substituídos pelos canaviais, sobretudo, na década de 1970, devido ao PROÁLCOOL (PROGRAMA DO AÇÚCAR E DO ÁLCOOL). Dessa forma, houve o desaparecimento das diversas colônias de trabalhadores rurais e as cidades começaram a receber um grande número de trabalhadores, migrantes de diferentes regiões do país, para trabalhar nos canaviais daquela região:

A saída da família do campo ou pela venda da terra, pressionada pelos detentores do capital ou expulso da terra de trabalho pelo mesmo capital, agora em boa parte transformado em cana, fez com que tudo mudasse. A máquina engoliu as casas dos colonos ou as ampliou, transformando-as em 'barracões' para alargar a precissão dos trabalhadores temporários (ROSSINI, 1988:8).

Os cortadores de cana, cujo trabalho é de caráter temporário, trabalham principalmente no período de safra e são popularmente denominados de bóias-frias ou volantes. O surgimento do trabalhador rural bóia-fria ou volante está vinculado às mudanças nas relações de trabalho e nas relações de produção que, por sua vez, estão

relacionadas com a modernização da agricultura. Acrescenta-se, ainda, que essa modernização consolidou-se com a promulgação do Estatuto da Terra, em 1964, e, depois, com a criação do PROÁLCOOL em 1975. (SIMONETTI, 1999:45).

O Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964) representaram um verdadeiro paradoxo, pois, ao estender os direitos dos trabalhadores urbanos para os trabalhadores rurais, representariam maiores despesas diminuindo os lucros dos capitalistas (ROSSINI, 1988:21). Especificamente no nordeste paulista, com a acelerada modernização agrícola, o processo de expulsão dos camponeses parceiros, posseiros, objetivou, portanto, mudar as relações de trabalho e as condições de subsistência dos trabalhadores.

Temos, com a expulsão e expropriação dos camponeses, o surgimento do trabalhador volante que é o trabalhador livre no seu estilo mais puro, isto é, trabalha o ano todo, porém é temporário e geralmente não tem registro em carteira, o que é uma contradição. "Assim sendo, a circulação desta força de trabalho pelos diferentes processos de trabalho permite a reprodução da figura do volante temporário, da indiferenciação dele enquanto trabalhador" (SILVA, 2000:84).

No interior dessa realidade do trabalhador volante, surgem também os mediadores do processo de exploração e dominação, a metamorfose do gato em empreiteiro, em gerenciador, em firma agenciadora. Mas, quem é o gato? Segundo Silva (2000:107), o gato é o "intermediário entre patrões e empregados, como um elemento carregado de caracteres negativos e inescrupulosos".

O que é interessante é o fato do patrão esconder-se atrás da figura do gato, pois é este que os bóias-frias vêem como o explorador e não o patrão. Por isso, a relação, em sua grande parte, deixa de ser patrão/empregado para ser empreiteiro (gato)/empregado (ROSSINI, 1988:230).

Além disso, nesse processo de mediação, surgem algumas contradições. Ao mesmo tempo em que o mediador (gato, agenciador ou empreiteiro) está a serviço do patrão, ele também tem que permanecer do lado do trabalhador. Dessa forma, Silva (2000:133) explica como o mediador se define: "Eu sou um recheio de sanduíche porque numa parte está a empresa e na outra os trabalhadores. Eu tenho que atender aos objetivos dos dois".

Portanto, o mediador age no sentido de fazer o trabalhador entender sua condição: "Age [o feitor] para que o trabalhador possa interiorizar a dominação, mas, ao mesmo

tempo, procura canalizar as reações, a fim de amortecer os conflitos" (SILVA, 2000:134). É por isso que essa autora parte do princípio de que por intermédio desses fatores (a mediação dos empreiteiros) não se pode considerar apenas as relações sociais de classe, mas as de gênero e as de raça.

O talhão é o espaço de dominação dos cortadores de cana. Segundo Silva (2000:152), esse espaço é "um espaço intermediário entre o momento da circulação e o da reprodução da força de trabalho que ocorrem no mesmo espaço da cidade", isto é, o espaço no qual se opera o processo de trabalho.

Os trabalhadores da cana, não raro, transportados de maneira violenta, ou seja, transportados em caminhões com péssimas condições de segurança e que os próprios trabalhadores denominavam o caminhão como a violência movente. Muitos dos trabalhadores sentiam vergonha de serem transportados no caminhão porque essa condição feria profundamente a dignidade dos mesmos (SILVA, 2000).

Portanto, o processo de modernização da agricultura e, por conseguinte, o processo de expulsão e expropriação dos diversos trabalhadores rurais (camponeses posseiros, pequenos proprietários etc) criou um novo trabalhador rural: o bóia-fria cortador de cana. Este, como discutimos anteriormente, passou a ser explorado de todas as formas.

Os trabalhadores do corte de cana passaram a ter suas demandas defendidas pelos STR (Sindicato dos Trabalhadores Rurais) de modo que, as condições de trabalho e de vida desse trabalhador pudessem ser respeitadas pelos patrões e ou empregadores. No entanto, estes, interessados cada vez mais na ampliação do capital, deram prosseguimento às ações de claro desrespeito pelo trabalhador rural. Sob essa perspectiva, iniciou-se o conflito entre o trabalho e capital.

## **2. O conflito entre o Capital e o Trabalho: a figura do cortador de cana na atual reestruturação da agroindústria canavieira**

Thomaz Jr. (2002), em seu primoroso estudo no nordeste paulista a respeito da relação entre a agroindústria canavieira (o capital) e o trabalho, demonstrou o conflito existente entre capital x trabalho, no qual o primeiro, para não ter de atender as demandas dos trabalhadores do corte da cana por melhores condições de trabalho e salários, investiu maciçamente em tecnologias poupadoras de mão-de-obra. Em outras palavras, o capital procurou reestruturar-se, de modo a não permanecer dependente da mão-de-obra, sobretudo, na etapa da colheita da cana-de-açúcar, visto que, com as greves dos trabalhadores do corte da cana, paralisa-se a produção do açúcar e do álcool:

Para fortalecer-se como elemento hegemônico da contradição estrutural (capital-trabalho), é imperativo para o capital investir em tecnologia, mais precisamente na mecanização do corte da cana-de-açúcar, *a fim de reverter o poder de pressão do trabalho* – tal como nas ações paredistas – coibindo assim a interrupção do processo de produção agroindustrial (THOMAZ, Jr. 2002: 63, grifo nosso).

A mecanização da etapa que envolve a colheita da cana-de-açúcar foi a solução que o capital encontrou para subordinar o trabalho aos seus liames, uma vez que, com a modernização de todo processo produtivo, a oferta de emprego diminuiria e o poder de pressão dos trabalhadores e dos sindicatos que os representam tornar-se-ia enfraquecido.

Desse modo, as conquistas trabalhistas advindas do Estatuto do Trabalhador Rural (1963), cujo objetivo era estender os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos aos trabalhadores rurais, conforme discutido anteriormente, não se concretizaram, pois os encargos trabalhistas oneraram o custo do trabalho para fazendeiros e usineiros que optaram, claramente, pela mecanização.

Acrescente-se ainda, o fato de que o ETR (Estatuto do Trabalhador Rural) não considerou como sendo trabalhador rural os pequenos camponeses arrendatários, parceiros e posseiros, os quais quando expulsos da terra, transformaram-se em trabalhadores volantes, ou seja, em bóias-frias.

Mais uma vez, como bem afirmou Silva (2004:34), o ETR constituiu-se na lei dos pobres que expulsou os pobres, além de não ter garantido a eles um reconhecimento social e legal:

O bóia-fria, além de ter sido banido da legislação, não é sequer considerado trabalhador, pois não é permanente, logo não possui direitos. Bóia-fria é uma palavra que engloba significados depreciativos e humilhantes. Arrancam-lhe não somente a roça, os animais, os instrumentos de trabalho. Desenraizam-no. Retiram-lhe, sobretudo, a identidade cultural, negando-lhe a condição de trabalhador. É transformado em ninguém, portanto, em nada, dado que sua condição de trabalho passou a não ter reconhecimento nem legal nem social. Esta foi a situação experimentada por milhares de trabalhadores em diferentes partes do país, sobretudo no estado de São Paulo, local privilegiado para a instalação do modelo modernizador da ditadura militar.

Concomitantemente ao processo de reestruturação da agroindústria canavieira, nessa fração do território brasileiro, tendo em vista a completa sujeição do trabalhador perante o capital, houve o aumento da concentração fundiária na dada região como já salientamos anteriormente. Como Thomaz Jr. (2002) demonstrou em seu trabalho, a cana-de-açúcar tornou-se um produto hegemônico propiciando, além da concentração da terra, também a concentração das usinas que passaram a disputar, entre si, o controle do território:

Uma vez sinalizado esse processo, a busca desenfreada por mais matéria-prima, acentua os conflitos capital-capital, principalmente nas empresas próximas dos eixos: a) Ribeirão Preto – Guariba – Pitangueiras – Pontal – Sertãozinho; b) Catanduva – Santa Adélia, Tabapua; c) Macatuba – Barra Bonita – Brotas. Nesses locais, *a demanda por terra é mais acirrada, e a mesma porção do território ou plantação de cana pode ser alvo de disputa entre várias empresas.* (THOMAZ, Jr. 2002: 75, grifo nosso).

Um outro fator que possibilitou o fortalecimento da agroindústria canavieira na região, juntamente com a concentração da terra e o controle das relações de trabalho foi à concentração da renda e do capital. Ambos se consolidaram, como já apontado, com o PROALCOOL criado pelo Estado em meados da década de 1970 (THOMAZ, Jr. 2002). Desse modo, os pilares que fizeram com que a agroindústria canavieira da região concentrasse mais de 50% dos recursos provenientes do PROALCOOL, segundo Thomaz

Jr., foram: a) concentração da terra; b) concentração da renda e do capital; c) baixos salários.

Somado aos fatores citados acima, os capitalistas do setor sucroalcooleiro, também se articularam de modo a se fortalecerem frente aos sindicatos dos trabalhadores do setor agroindustrial. Destarte, Thomaz Jr. (2002) evidenciou um fenômeno interessante que ocorreu e ocorre nessa região: enquanto o capital, materializado na agroindústria canavieira, difunde-se sem respeitar as fronteiras e busca se unificar em Associações (como a União da Agroindústria Canavieira do Estado de São Paulo [ÚNICA] e Cooperativa dos Produtores de Cana, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo [COPERSUCAR]) o trabalho - representado pelos sindicatos - permanece circunscrito no município ou, em outras palavras, fica preso à base territorial e se fragmenta em diferentes categorias profissionais.

Ao invés do trabalho se unificar, assim como fez e faz o capital, o sindicato do setor agroindustrial, por estar cativo a uma base territorial, acaba se dividindo e cada categoria passa a ser representada por um determinado sindicato. Assim, para cada etapa do processo produtivo da agroindústria que envolve determinados profissionais há um sindicato: sindicato dos químicos, sindicato dos condutores, sindicatos dos cortadores de cana etc. Essa fragmentação do trabalho representada por uma pluralidade de sindicatos que se situam em diferentes bases territoriais, contribuiu enormemente para a debilitação das relações de trabalhos frente ao capital como demonstrou Thomaz Jr. (2002:280):

Em síntese, nesse campo minado, a oficialidade das regras do jogo, mediatizadas pelo Estado, coloca os sindicatos no território dominado pelo capital, onde a contradição capital x trabalho está fetichizada na e pela alienação do trabalho, nas suas diferentes manifestações.

Além de ter explicitado as fragilidades do trabalho em relação ao capital, uma vez que este visualiza o sistema produtivo na sua totalidade, diferentemente do primeiro que não tem uma visão do todo, mas compartimentada, porque está alienada do processo produtivo, Thomaz Jr. também abordou como se deu o processo de fracionamento das Federações as quais são compostas por vários sindicatos. Dessa forma, o autor mostrou o processo do qual originou a FERAESP (Federação dos Empregadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo).

De acordo com Thomaz Jr., a FERAESP surgiu a partir de um racha que ocorreu dentro da Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (FETAESP). Esta, com o objetivo de não perder o seu domínio sobre os sindicatos da região para a CUT (Central Única dos Trabalhadores), procurou estimular a ascensão, no seu interior, de lideranças que tinham no movimento de Guariba um forte exemplo de organização dos cortadores de cana contra o capital. No final da década de 1980 deflagrou-se a fragmentação:

É importante notar que, no interior desse processo de emergência de novas lideranças e oposições sindicais, não se configurou um quadro hegemônico que viesse implicar que esse conjunto fosse portador de posições e ações política de vanguarda. A própria Federação dos Trabalhadores Rurais do Estado de São Paulo (FETAESP) passou a estimular, porque acuada, a ascensão de oposições sindicais, temendo perder o comando e território para a CUT. Nesse momento ocorreu uma recomposição de forças e alianças políticas dentro da própria FETAESP, com a participação de dirigentes e lideranças identificadas com o chamamento do Movimento de Guariba (ou seja, de privilegiar a organização dos assalariados rurais), como o presidente do STR de Araraquara, Élio Neves, que depois, já no final dos anos 80, passou a ser expoente do racha que originou a Federação dos Empregadores Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (FERAESP). (THOMAZ, Jr. 2002: 267).

A FERAESP, colocou Thomaz Jr., destacou-se, entre outras federações, por buscar ter uma meta mais unicista, com o objetivo de superar o corporativismo que tem marcado a estrutura sindical na sua totalidade. Além disso, um outro aspecto que passou a caracterizar a FERAESP foi a organização de trabalhadores rurais sem-terra, assalariados desempregados para lutarem pela terra.

Com efeito, a luta pela terra constituiu-se numa bandeira adotada pela FERAESP, pois à medida que a mecanização foi se difundido, aceleradamente, os postos de trabalhos foram se tornando cada vez mais escassos, sobretudo, para aqueles que possuíam baixa qualificação profissional. Sem trabalho e sem terra para trabalhar como seria possível a reprodução social dos cortadores de cana e assalariados do campo? Segundo Silva (2004:41), grande parte dos trabalhadores rurais desempregados passou a viver sem as mínimas condições nas periferias das cidades na condição de “órfãos da modernização”:

Nas cidades, passaram [os trabalhadores rurais] a viver nas periferias ou nas favelas, tornando-se órfãos da modernização. Sem qualificação profissional, analfabetos em sua grande maioria, foram destinados às ocupações mais desvalorizadas do baixo terciário – serventes de pedreiro, emprego domésticos etc. – sem contar os desempregados e subempregados.

A crise do trabalho, aprofundada com a modernização agrícola abriu caminhos para as primeiras ocupações de terra na região do nordeste paulista ocorridas a partir do ano 1985. Contudo, o dilema do cortador de cana, nesse principio de século, torna-se mais profundo. Com a possível demanda global por etanol, haja vista a necessidade de substituição dos combustíveis fósseis por outras matrizes energéticas, várias nações do mundo, por meio de suas políticas internas, porém balizadas por acordos supranacionais, irão adicionar determinadas porcentagens de etanol nos derivados do petróleo, na tentativa de diminuir a emissão de gases que geram o efeito estufa.

A UE (União Européia) aprovou, recentemente, a adição de 10% de etanol, nos combustíveis oriundo do petróleo, até 2020<sup>1</sup>. Assim como a UE, outros países estão readequando suas matrizes energéticas. Não obstante, as nações de maior desenvolvimento econômico, tem exigido do Brasil, segundo maior produtor de etanol do mundo, provas de que sua produção de álcool segue padrões de sustentabilidade tanto no que tange o respeito ao ambiente físico quanto na questão do trabalho.

Nesse novo cenário de mudanças climáticas, os biocombustíveis constituem um novo caminho para a garantia de oferta energética. E as usinas de álcool do Brasil estão se adaptando as exigências do mercado externo. As novas plantas que estão sendo construídas deverão ser 100% mecanizadas, para que não haja a queima da cana. Portanto, elimina-se a necessidade de recorrer ao trabalho do cortador de cana. As áreas, do nordeste paulista, que ainda dependem do corte manual da cana, tem até 2017 para banir a queimada nos canaviais.

O dilema que se coloca, no interior dessa conjuntura, é o seguinte: como ficará o cortador de cana nessa reestruturação da agroindústria canavieira imposta pelo mercado externo? Como inseri-lo em outras atividades?

---

<sup>1</sup> MOREIRA, Assis. UE destrava caminho para biocombustível. **Valor Econômico**. São Paulo, 05 de dez. 2008, Valor Agronegócio, Caderno B, p. 12.

O que se observa é que mais uma vez, a questão do cortador de cana está sendo discutida pelo capital, pois o processo de reestruturação das agroindústrias prevê a completa substituição dos trabalhadores rurais por máquinas no corte de cana-de-açúcar. Houve um encontro do Núcleo de Responsabilidade Social implantado pela regional do Centro das Indústrias do Estado (CIESP) em Ribeirão Preto no dia 30 de outubro de 2007, para discutir o futuro do trabalhador rural<sup>2</sup>.

Desse modo o capital toma as rédeas para pensar o que se fará com os trabalhadores rurais que em muitos setores da agroindústria serão paulatinamente dispensados dos postos de trabalho. O capital se reúne para pensar as conseqüências dessa reestruturação produtiva para a sociedade, porque na atual conjuntura os movimentos sociais procuram denunciar as condições precárias as quais estão submetidos milhares de trabalhadores, evidenciados as contradições do modo de produção capitalista.

Todavia, são perceptíveis as mudanças no setor sucroalcooleiro. Cada vez mais as usinas tem procurado mecanizar todas as etapas da produção. As máquinas substituem, em média, o trabalho de 80 homens. Os cortadores que ainda estão nos canaviais têm que ter uma produtividade que atinja, por dia, 12 toneladas de cana cortada. Mas é sabido que há cortadores que atingem a marca de 20 toneladas e por conta dessa rotina extenuante, muitos têm suas expectativas de vida reduzidas<sup>3</sup>.

As organizações supranacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU) tem divulgado os dados relativos a morte de trabalhadores nos canaviais. Tais notícias comprometem a imagem do Brasil e ajudam a criar barreiras para o comércio global do etanol. Ademais, recentemente foi divulgado na imprensa, o caso dos cortadores de cana da região do Pontal do Paranapanema (SP), que reivindicavam um reajuste de 10% no piso salarial que alcançaria R\$ 500,00, além de exigirem o aumento do valor pago pelo metro de cana cortada de R\$ 0,08 para R\$ 0,20<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> Futuro de trabalhador em debate. **Jornal A cidade**. Ribeirão Preto, 30 de out. 2007, Caderno A, p. 09.

<sup>3</sup> NASSIF, Maria Inês. Os novos e velhos problemas da cana. **Valor Econômico**, São Paulo, 17 maio. 2007. Valor Política, Caderno A, p. 09.

<sup>4</sup> RIBEIRO, Veridiana. Cortador de cana entra em confronto com PM. **Folha de São Paulo**, 26 ago. 2008. Agrofolha, Caderno B, p. 12.

A expansão dos canaviais ocasiona, também, a pobreza. Um cortador de cana recebe por uma tonelada cortada o valor de R\$ 3,29. Em contrapartida, o fornecedor recebe da usina R\$ 39,00 por tonelada, ou seja, 10 vezes mais que recebe o cortador de cana<sup>5</sup>.

Portanto, o que se nota ainda neste princípio de século, são que as contradições estruturais, próprias das relações entre capital e trabalho, perduram no setor sucroalcooleiro. A disseminação dos canaviais para além do nordeste paulista, buscam conciliar inovação tecnológica com atraso nas relações de trabalho. Por isso, não raro, usinas são autuadas pelo ministério do trabalho por não oferecer boas condições de trabalho aos seus trabalhadores<sup>6</sup>.

### 3. Considerações finais

As perspectivas que se abrem, nesse início de século, para os cortadores de cana não são alentadoras. Para que o Brasil possa se tornar um fornecedor de etanol para o mundo, as usinas deverão se readequar de modo que suas atividades não comprometam a qualidade do meio físico e que mantenha o respeito nas relações de trabalho. Nesse sentido, a mecanização da colheita da cana-de-açúcar parece ser um caminho sem volta. É exigido o fim das queimadas até o ano de 2017. Sem a queima da cana, o trabalho no canavial torna-se, exageradamente, degradante.

Nesse contexto, é de suma importância que o Estado e os sindicatos discutam formas de reinserção dos cortadores de cana em outras atividades. E não permitir que apenas o capital debata e decida qual a melhor forma de aproveitar esse contingente que só no Estado de São Paulo chega a 100 mil. É preciso pensar novos caminhos para esses trabalhadores, de maneira que não gere mais exclusões.

---

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> O lado B do etanol. **Carta Capital**, São Paulo, 24 dez. 2008.

#### 4. Referências Bibliográficas

BELIK et al. Agroindústria paulista: heterogeneidade e reestruturação. **Revista Perspectiva**, São Paulo, v. 13, n.1-2, jan-jun, 1999.

ELIAS, D. **Meio Técnico-Científico-Informacional e urbanização na região de Ribeirão Preto (SP)**. São Paulo : FFLCH-USP, 1996. 274p. (Tese de doutorado em Geografia – FFLCH-USP).

FREITAS, E.P. **Agricultura camponesa no território do agronegócio: um estudo sobre os sem-terra de Serra Azul e Ribeirão Preto (SP)**. São Paulo : FFLCH, 2008. 264p. (Dissertação de Mestrado em Geografia humana).

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo : Editora Hucitec, 1986. 176p.

PIRES, J.M. Crise e recuperação: as décadas de 1930 a 1950. In.: BACELLAR, C.A.P et al (Org). **Na Estrada do anhanguera: uma visão regional da história paulista**. São Paulo : Humanitas, FFLCH-USP, 1999, 166-201p.

ROSSINI, R.E. A interculturalidade na metrópole: os velhos e novos imigrantes internacionais. In: CARLOS, A.F.A.; OLIVEIRA, A.U. (Orgs.). **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo : Contexto, 2004. 343-368.

\_\_\_\_\_. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. São Paulo : FFLCH-USP, 1988. (Tese de livre docência em Geografia).

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo : Edusp, 2002. 384p. (Coleção Milton Santos; 1).

SILVA, M. A. de M. **A luta pela terra: experiência e memória**. São Paulo : Ed. Unesp, 2004.136p. (Coleção Paradidático, Série Poder).

\_\_\_\_\_. **Errantes do fim do século**. São Paulo : Editora da Unesp, 1999. 370p. (Primas).

\_\_\_\_\_. A morte ronda os canaviais paulistas. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, São Paulo; v. 33, n. 2, p. 111- 144, ago./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. De colona a Bóia-fria. In: PRIORE, M. (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo : Contexto; São Paulo :Edusp, 1997. p.554-577.

SIMONETTI, M.C.L. **A longa caminhada: a (re) construção do território camponês em Promissão**. São Paulo : FFLCH. 1999. (Tese de doutorado em Geografia).

**THOMAZ JÚNIOR, A. Por trás dos canaviais, os ‘nós’ da cana: a relação capital x trabalho e o movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista. São Paulo : Annablume; FAPESP, 2002. 388p.**